

A ABORDAGEM DO MOTIM DE 1720 NOS LIVROS DIDÁTICOS: PODER, ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NAS MINAS

*Jonathan Martins Ferreira*¹
*Renato da Silva Dias*²

Resumo: Partindo do pressuposto de que o período da mineração no Brasil foi, inegavelmente, marcante para a História e, principalmente, para a historiografia mineira, esta pesquisa tem por objetivo analisar como os livros didáticos utilizados na rede pública de ensino tem abordado a Revolta de Vila Rica, também conhecida como a Revolta de Filipe dos Santos, que ocorreu na capitania de Minas Gerais, no ano de 1720. Este episódio histórico é relevante para se compreender, dentre outros, a relação conflituosa ocorrida entre o controle político administrativo português e os interesses dos povos locais na região das Minas. Desta forma, utilizaremos como referencial teórico a produção historiográfica concernente ao tema – que compreende tanto obras clássicas, como as de Diogo de Vasconcelos e Carla Anastasia, e outras mais recentes, bem como dissertações de mestrado e teses de doutorado – o que nos permitirá contrapor as discussões levantadas pelos trabalhos acadêmicos com a abordagem teórica feita nos livros didáticos.

Palavras-chaves: Motim de 1720; Livros Didáticos; Minas Gerais.

Abstract: Assuming that the period of mining in Brazil was undeniably a milestone for the history and especially to the mining history, this research aims to analyze how the textbooks used in public schools has approached Revolt Vila Rica, also known as the Revolt of Saints Philip, which took place in Minas Gerais, in the year 1720. This historical episode is relevant to understanding, among others, the adversarial relationship that occurred between the Portuguese administrative control and political interests of local people in the region of Minas Gerais. Thus, we use as a theoretical historical production related to the theme - which includes both classic works such as Diogo de Vasconcelos and Carla Anastasia, and more recent, such as master's thesis and doctoral dissertation - which will allow us to counter the arguments raised by the academic with the theoretical approach made in textbooks.

Keywords: Riot of 1720; Textbooks; Minas Gerais.

Introdução

Na primeira metade do século XVIII, em Minas Gerais, ocorreram revoltas populares contra o controle político-administrativo e fiscal da Metrópole portuguesa. Essas revoltas, segundo Russell-Wood, deveram-se menos ao desassossego popular que à presença de “poderosos do sertão”, que atuavam na defesa de sua

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros/ Unimontes – Bolsista/ CAPES.

² Doutor em História (culturas políticas) pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, professor do curso de graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado) em História da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

autoridade e de seus lucros. De um lado estava a coroa portuguesa, que seguia uma política essencialmente de exploração das minas. Do outro lado estavam os colonos, que percebiam o crescimento das pressões burocráticas e fiscais a ponto de ameaçar o seu meio de vida. Eis a combinação explosiva. A disseminação da autoridade real teve como consequência o aparecimento de formas de contestação social, oriundas da insatisfação da população em relação àquela. Tal insatisfação traduzia-se nas formas de não pagamento do quinto e de outras taxas, na exploração de novos filões sem a comunicação de sua descoberta, na mineração em áreas proibidas, no transporte de escravos e outras mercadorias pelas minas, sem registro, e no contrabando do ouro em pó. Isto é, houve uma resistência explícita, resultado da maior rigidez da cobrança do quinto, o que levou aos distúrbios da ordem e à insatisfação da população em relação a qualquer medida oficial.³ Assim, Segundo John Russell-Wood:

De longe o levante popular mais sério de quantos ocorreram em qualquer lugar de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás durante a primeira metade do século XVIII teve lugar em Vila Rica, na noite de 28 de junho de 1720. Seu alvo foi o ouvidor local e as novas regras (fevereiro de 1719) de cobrança dos quintos.⁴

O rei de Portugal, D. João V, buscando evitar os descaminhos do ouro, resolveu estabelecer Casas de Fundição nas Minas. Nesse sentido, ordenou ao governador D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, conde de Assumar, em 11 de fevereiro de 1719, que providenciasse a construção das Casas. O material necessário seria enviado de Portugal; e da Bahia e do Rio de Janeiro seriam enviados os oficiais e os instrumentos indispensáveis ao seu funcionamento. Fixou-se, ainda, o prazo de um ano, a partir de 23 de julho de 1719, para que fossem inauguradas as Casas de Fundição a serem construídas à custa dos povos da Capitania.⁵

Contudo, com o funcionamento das Casas de Fundição e a alteração na forma de cobrança dos quintos teve início um processo que apresentou como principal consequência o levante da população de Vila Rica, em junho de 1720 que, por outro lado, foi também uma consequência dos insustentáveis conflitos entre as autoridades reais e os potentados locais pelo poder político na região. Enfim, tais fatores contribuíram de forma significativa para a eclosão do motim.⁶

³ RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro (1690-1750). In: *História da América Latina: América Latina colonial*. Bethell, Leslie (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro (1690-1750). In: *História da América Latina: América Latina colonial*. Bethell, Leslie (Org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 495.

⁵ ANASTASIA, Carla Maia Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

⁶ ANASTASIA, Carla Maia Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

Quanto mais intransigente tornava-se a cobrança dos impostos e visível o abuso do poder, mais precária ficava a situação de acomodação nas Minas. Em muitas circunstâncias, os povos haviam se levantado contra as alterações na forma da tributação, o estabelecimento de contratos, em especial os da carne e da aguardente e a eventual tirania dos ouvidores ou dos Senados da Câmara, conflitos inscritos dentro das regras do jogo colonial. Mas, também, as instáveis estruturas acomodativas, observadas entre os atores coloniais perderam muitas vezes sua viabilidade em decorrência da intensa disputa pelo poder dos principais atores políticos, os quais ao arregimentar o povo na defesa de interesses particulares ou compartilhados, engendraram graves situações de *soberania fragmentada*.⁷ Em Vila Rica, não foram diferentes as razões da eclosão do levantamento de 1720.⁸

Carla Maria Junho Anastasia analisa em um dos capítulos do seu livro o Motim de 1720. Através da leitura do *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*, Anastasia defende a ideia de um duplo caráter da sedição de 1720. Para a autora, esse movimento está relacionado à briga pelo poder político nas Minas, por parte dos líderes do motim (poderosos locais), tendo como principal interesse assumir o poder político e acabar com a autoridade do Governador das Minas e dos ministros da Comarca. Com isso, evitariam, também, ter de pagar as dívidas exorbitantes que tinham com o governo. Por fim, a sedição estaria também relacionada ao descontentamento dos mineradores com os apertos fiscais sobre a mineração e, mais diretamente, com a instalação das Casas de Fundição, vistas por eles como uma forma de cobrança injusta. Desta forma, para Anastasia, o “Motim de 1720” é híbrido, por apresentar tanto características de um movimento social de defesa contra as formas de cobrança do imposto sobre o ouro, quanto de um movimento desenvolvido em contexto de soberania fragmentada.⁹

Para Alexandre Torres Fonseca, a Revolta de Vila Rica foi um movimento dos potentados locais, todos portugueses, que procuravam manter seu poder diante do Governador, que veio para as Minas fazer exatamente o contrário, estabelecer o poder da Coroa portuguesa. Essa era a principal intenção do Governador D. Pedro de Almeida. Sendo assim, ao analisar a Revolta de 1720, o autor reforça a ideia, já trabalhada por Anastasia, da imprevisibilidade da ordem nas Minas Setecentistas, destacando a figura de Pascoal da Silva Guimarães, um dos líderes do motim, em seus embates pessoais com o Governador Conde de Assumar, evidenciando a

⁷ No livro *Vassalos rebeldes*, Anastasia emprega o conceito de “soberania fragmentada” numa referência aos focos de poder privado que, ao longo da primeira metade do século XVIII, concorreram com o poder metropolitano, contra as quais empreenderam uma obstinada resistência.

⁸ ANASTASIA, Carla Maia Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998, p. 49-50.

⁹ ANASTASIA, Carla Maia Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.

dificuldade do exercício do poder político pelas autoridades representantes do poder real na região das Minas.¹⁰

Para Marcos Aurélio de Paula Pereira, o Conde de Assumar atuou no fortalecimento da sua autoridade de representante do rei nas Minas, lutando de todas as formas para minar o poder dos potentados locais, tornando-se, portanto, para estes, presença indesejável na capitania das Minas. Estes poderosos atuavam no sentido de negar a representação da autoridade régia assentada na figura do governador, ouvidores e demais funcionários, cujas ações político-administrativas iam contra os seus interesses, incitando, dessa maneira, motins, insolências e tumultos.¹¹

Para Diogo de Vasconcelos, a sedição que estourou contra o Conde de Assumar, em julho de 1720, ficou celebrada na história com o título de Revolta de Vila Rica. Para o autor, o cabeça deste movimento foi, inegavelmente, Pascoal da Silva Guimarães, que era então o mais rico potentado morador das minas. Sua participação na revolta deveu-se a irritação com as novas formas de cobrança dos impostos, a indisposição com o ouvidor das Minas, Martinho Vieira de Freitas – que tinha um gosto especial em ridicularizar os homens poderosos da região –, e a disputa pelo poder político nas Minas contra a autoridade do Governador Conde de Assumar, defensor do fortalecimento do poder estatal, e que certamente seria um grande obstáculo à atuação do poder privado dos poderosos locais na região das Minas.¹²

Filipe dos Santos¹³ não era o “cabeça” do motim, mas foi o que comandou praticamente todas as agitações, e o que recebeu a punição mais exemplar. Mesmo não sendo o líder do movimento, ele acabou sendo o elo entre os dois principais atores políticos dessa história, que vão atuar na disputa pelo poder nas Minas, disputa esta que acabaria levando à sua morte e esquartejamento. Tais atores políticos eram Pascoal da Silva Guimarães, um potentado local, e D. Pedro de

¹⁰ FONSECA, Alexandre Torres. A revolta de Felipe dos Santos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. V.1. (História de Minas Gerais).

¹¹ PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *Vivendo entre cafres: vida e política do conde de assumar no ultramar, 1688-1756*. Niterói: UFF, 2009 (Tese de Doutorado – História).

¹² VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

¹³ Filipe dos Santos Freire foi o único insurgente executado na revolta de Vila Rica de 1720, a despeito de ter desempenhado papel menor na urdidura do movimento sedicioso. Era reinol e desenvolvia atividades comerciais de pequeno porte na região de Vila Rica. Segundo Diogo de Vasconcelos, foi o “*chefe e tribuno da plebe, único sedicioso verdadeiramente popular*” e adepto de resoluções extremas. A maior relevância de sua biografia parece estar relacionada à forma como a historiografia brasileira do século XIX e início do XX tem considerado sua participação na revolta de 1720. Laura de Mello e Souza analisou como os membros do IHGB o classificaram como protomártir da independência do Brasil, traçando um paralelo entre a revolta de 1720 e a Inconfidência Mineira de 1789. A historiadora lembra, porém, que Filipe dos Santos não foi o principal protagonista da sublevação de 1720 que, aliás, sequer cogitou da independência de Minas Gerais. A revolta de Vila Rica de 1720 tinha como ânimo específico a oposição à criação das casas de fundição nas Minas Gerais, tarefa que a Coroa atribuiu ao recém-chegado governador, conde de Assumar. Tratou-se de um movimento sedicioso organizado pelos grandes potentados locais, incluindo o poderoso mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião da Veiga Cabral e Manuel Nunes Viana. (*DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500-1808)*. Ronaldo Vainfas (Org.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 235).

Almeida, o Conde de Assumar, representante do Estado, que tinha por objetivo implantar nas Minas um governo regular e forte.¹⁴ A reação violenta do Conde de Assumar ao motim de 1720 pode ser explicada pelo fato de que os revoltosos eram vistos como insubmissos, desleais e perigosos, e o uso da autoridade metropolitana e da força, naquele contexto, foi tido como um recurso político necessário e imprescindível, uma vez que só por meio da autoridade se anulava e minimizava a insubmissão popular nas Minas.¹⁵

Na Dissertação de Mestrado intitulada *Jogos de interesse e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de vila rica, 1709-1736*, Carlos Leonardo Kelmer Mathias defende a ideia de que o movimento de 1720 vem sendo vítima de certos chavões por parte de alguns textos, que frequentemente citam este movimento apenas para ilustrar os traços da política fiscal metropolitana, ou as terríveis ações do feroz Conde de Assumar, ou mesmo a questionável autoridade régia na região. Para o autor, para além de tais constatações, faz-se necessário um estudo mais criterioso a respeito dos objetivos, trajetórias e as estratégias dos envolvidos nas alterações de 1720, a fim de possibilitar aventar melhores conclusões não somente acerca das negociações existentes entre a coroa portuguesa e os seus vassallos, mas também acerca do próprio processo de implantação do poder metropolitano em Minas e como esses indivíduos se portaram frente a tal processo.¹⁶

Neste trabalho, o autor analisa o complexo jogo de interesses existentes por detrás da sublevação de 1720. Ele enumera vinte e sete indivíduos revoltosos que atuaram na revolta de Vila Rica, dentre estes Manuel Mosqueira da Rosa, que intentava reaver o seu antigo cargo de ouvidor-geral da comarca de Vila Rica, então sob responsabilidade de Martinho Vieira, Sebastião da Veiga Cabral, que almejava o posto de Governador da capitania de Minas do Ouro e Pascoal da Silva Guimarães, que compartilhava com os anseios de ambos, pois passaria a contar com dois aliados seus ocupando os postos da governança mais importantes da capitania. Sendo assim, para o autor, a Revolta de Vila Rica não reivindicava, em sua essência, benesses para a população em geral. Os principais líderes da revolta (os poderosos locais), escondidos através de postulados de cunho comum – no caso, a não instalação das Casas de Fundição –, tencionavam, na verdade, a obtenção e a realização de seus interesses particulares, sendo o principal deles a tomada do poder político na região das Minas.¹⁷

Desta forma, ao analisarmos as discussões levantadas pelos trabalhos acadêmicos percebemos que este movimento social reativo vai além da insatisfação popular contra a instalação das Casas de Fundição. O motim de 1720 teve também como um dos motivos principais a disputa pelo poder político na região das Minas

¹⁴ FONSECA, Alexandre Torres. A revolta de Felipe dos Santos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. V.1. (História de Minas Gerais).

¹⁵ FURTADO, João Pinto. “Viva o rei, viva o povo, e morra o governador”: tensão política e práticas de governo nas Minas dos setecentos. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português – Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

¹⁶ KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e redes clientelares na revolta mineira de Vila Rica (1709-1736)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005 (Dissertação de Mestrado – História).

¹⁷ KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. *Jogos de interesses e redes clientelares na revolta mineira de Vila Rica (1709-1736)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005 (Dissertação de Mestrado – História).

por parte dos líderes do motim – que eram as elites econômicas – tendo como principal interesse assumir o poder político e acabar com a autoridade do Governador das Minas, D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar.

A abordagem teórica dos livros didáticos sobre o motim de 1720

Nesta seção do artigo será desenvolvida a análise dos conteúdos dos livros didáticos sobre o Motim de Vila Rica, com o objetivo de contrapor os textos acadêmicos sobre a mesma temática. O propósito aqui é demonstrar que o ensino de história sobre o motim de 1720, através dos conteúdos presentes nos materiais didáticos selecionados, não está alinhado com as discussões teóricas de conceituados trabalhos acadêmicos, dentre elas, as de Diogo de Vasconcelos e Carla Anastasia. Evidencia-se, portanto, que não há nestes livros uma adequada transposição didática do conhecimento científico produzido e ensinado nos centros universitários, originárias de pesquisas com rigor metodológico científico. Desta maneira, percebe-se o distanciamento entre a produção científica e o ensino de história nas escolas.

Roger Chartier demonstra-nos os riscos das *intervenções editoriais* em textos originais, tendo como objetivo adequá-los às capacidades de leitura dos compradores que têm de conquistar. Os materiais editados têm por finalidade tornar os textos mais facilmente decifráveis por parte de leitores menos hábeis.¹⁸ Este trabalho de adaptação modifica o texto original resultando nas seguintes transformações:

Encurtam os textos, suprimem os capítulos, episódios ou divagações considerados supérfluos, simplificam os enunciados aliviando as frases das orações relativas e intercalares. Dividem os textos criando novos capítulos, multiplicando os parágrafos, acrescentando títulos e resumos. (...) Há aí uma maneira de ler que não é de modo algum a das elites letradas, familiarizadas com o livro, hábeis na decifração, dominando os textos no seu todo.¹⁹

Os livros didáticos analisados nesta pesquisa são: *Projeto Araribá: História (2006)*, sendo a editora responsável, Maria Raquel Apolinário Melani; o livro *História em Documento: imagem e texto (2002)*, da autora Joelza Ester Rodrigue; sendo ambos os livros destinados aos alunos do ensino fundamental. Além disso, selecionamos também o livro *História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil (2001)*, dos autores Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, sendo este livro direcionado aos alunos do ensino médio. O critério para a escolha desses livros didáticos ancorou-se no fato de serem utilizados na rede pública de ensino da cidade de Montes Claros – MG.

¹⁸ CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

¹⁹ CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 129-130.

No livro didático *Projeto Araribá: História*, a Revolta de Vila Rica é caracterizada já no título como sendo a “Revolta contra os impostos” em que a liderança e o motivo da revolta são assim apresentados:

em junho de 1720, aproximadamente dois mil mineiros, comandados pelo tropeiro português Filipe dos Santos, conquistaram Vila Rica e exigiram do governador da capitania que não concretizasse a criação das casas de fundição”.²⁰

Desta forma, ao analisar este trecho do livro identificamos que a liderança do movimento concentra-se na figura histórica de Filipe dos Santos e o único motivo apontado como instigador da revolta foi o aumento da fiscalização na cobrança dos impostos com a criação das Casas de Fundição, que tinham a finalidade de transformar o ouro em pó em barras de tamanho e pesos oficiais, timbradas com selo real e já quintadas. Evitando, deste modo, o contrabando do ouro em pó.

No livro *História em Documento: imagem e texto*, de autoria de Joelza Ester Rodrigue, o motivo da Revolta de Vila Rica, em 1720, também se deveu unicamente ao rígido controle da Metrópole portuguesa com a instalação das Casas de Fundição. A liderança do movimento é atribuída a Filipe dos Santos e outros envolvidos, como, Sebastião da Veiga Cabral e o Dr. Manuel Mosqueira. Contudo, a autora não aponta quais eram os principais interesses desses indivíduos na revolta.²¹ Para ela, a revolta resultou do descontentamento da população com o maior controle que Portugal impunha sobre a mineração. Em suas palavras:

O rígido controle da Metrópole sobre a mineração provocou descontentamentos e revoltas. A mais séria delas ocorreu em Vila Rica, em 1720. Um grupo de homens convocou o povo a se rebelar contra as medidas impostas por Portugal e a exigir o fim das Casas de Fundição. (...) Os líderes, o minerador Sebastião da Veiga Cabral, o Dr. Manuel Mosqueira e o tropeiro Filipe dos Santos, foram presos e suas casas incendiadas. Filipe dos Santos, enforcado sem julgamento prévio, teve seu corpo esquartejado e pendurado nos postes de Vila Rica. Por precaução, o funcionamento das Casas de Fundição ficou suspenso por dois anos.²²

Dessa forma, a sua análise centra-se na rigidez do controle fiscal nas Minas, e na violência do evento, expressado exemplarmente no enforcamento e esquartejamento de Filipe dos Santos.

No livro *História para o Ensino Médio: História Geral e do Brasil*, dos autores Claudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo, a Revolta de Vila Rica é caracterizada já no

²⁰ MELANI, Maria Raquel Apolinário. *Projeto Araribá: história*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006, p.43 (Ensino Fundamental).

²¹ RODRIGUE, Joelza Ester. *História em documento: imagem e texto*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2002 (Ensino Fundamental).

²² RODRIGUE, Joelza Ester. *História em documento: imagem e texto*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2002, p. 252 (Ensino Fundamental).

título como sendo “A Revolta de Filipe dos Santos”. Percebe-se, portanto, a importância atribuída a este sujeito histórico na revolta de 1720. Quanto ao levantamento da população na capitania de Minas Gerais, os autores apontam que o motivo se deveu, unicamente, à instalação das Casas de Fundição. Não houve por parte dos autores a preocupação em evidenciar quem eram os principais líderes da sublevação, e menos ainda quais eram os seus interesses. Estes apenas assinalam a prisão dos líderes do motim e o fim trágico do português Filipe dos Santos, um dos líderes mais pobres da revolta, que foi condenado à morte. Este foi enforcado e esquartejado para servir de exemplo para que não ocorressem mais outras rebeliões nas Minas.²³

De modo geral, ao analisarmos como estes três livros didáticos abordam a Revolta de Vila Rica percebe-se que esse movimento é caracterizado como sendo um movimento somente “antifiscal”, em que os revoltosos lutaram apenas contra a forma da cobrança do imposto sobre o ouro, mais especificamente, contra a construção das Casas de Fundição ordenadas pelo Rei de Portugal. Além disso, os principais líderes da revolta de 1720 e os seus reais interesses não são abordados, sendo a liderança da revolta concentrada quase que exclusivamente em um único personagem histórico: Filipe dos Santos.

Desta forma, percebemos que os conteúdos históricos escolares, sobre o motim de 1720, presentes nestes livros didáticos, estão marcados por uma visão estereotipada dessa história, em que a revolta era motivada apenas contra o arrocho fiscal imposto pela metrópole portuguesa, não levando em consideração a dinâmica das regiões mineradoras do interior da colônia brasileira, marcadas também pela disputa pelo poder político entre os poderosos locais (as elites econômicas) e o Governador das Minas (representante do poder real). Soma-se a isso, a utilização de uma história narrativa positivista, em que Filipe dos Santos é considerado o herói e a vítima da revolta e, por sua vez, o Governador D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, o seu oposto, o temível, o carrasco que ordenou à sua morte, contribuindo, também, desta maneira, para uma visão maniqueísta dessa história.

Circe Maria Fernandes Bittencourt, em seu livro *Ensino de História: fundamentos e métodos* faz a seguinte definição sobre a narrativa histórica positivista: os acontecimentos históricos são apresentados de forma mais amena e emotiva, com personagens divididos entre bons e maus, heróis, vítimas e carrascos, que se movimentam em uma história maniqueísta, com linguagem criada para facilitar a memorização do conteúdo, mas não para se tornar objeto de interpretação, de questionamentos e indagações sobre os sujeitos e suas ações, reconstitui-se o passado, mas não confere formas de reflexão sobre os acontecimentos nem fornece condições de interpretação deles. A autora defende uma narrativa histórica de caráter científico, que aprofunde na análise de uma determinada realidade histórica através do uso do corpus documental e do rigor metodológico, que possibilite a compreensão dos acontecimentos pelas ações dos sujeitos, enfim, que problematize a história.²⁴

²³ VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História para ensino médio: história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2001 (Ensino Médio).

²⁴ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

Considerações Finais

Por tudo isso, ao contrapormos a abordagem dos livros didáticos sobre o Motim de 1720 com as discussões levantadas por conceituados trabalhos acadêmicos percebemos que os livros didáticos analisados deixam algumas lacunas ao retratarem esta agitação popular apenas como um movimento antifiscal, em que os revoltosos lutaram unicamente contra os apertos fiscais, mais especificamente, contra a instalação das Casas de Fundição. Evidencia-se que o conteúdo histórico presente nesses livros didáticos não levou em consideração o aspecto político do movimento, em que os líderes do motim – os poderosos locais – mais do que preocupados com a instalação das Casas de Fundição, queriam na verdade assumir o poder político na região, para tanto ansiavam em acabar com a autoridade do Governador das Minas, D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar. Além disso, apesar de o conteúdo histórico desses livros didáticos dar maior ênfase à participação de Filipe dos Santos na revolta, percebe-se através dos trabalhos acadêmicos direcionados ao tema que este não foi nem sequer o líder do movimento, muito menos de forma isolada, atribuindo-se a liderança da revolta a Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião da Veiga Cabral e Manuel Mosqueira da Rosa. Deste modo, a contribuição deste artigo talvez seja exatamente a de contradizer esta versão hegemônica presente nos conteúdos dos livros didáticos, sendo necessário, portanto, que se faça uma melhor transposição didática dos textos acadêmicos que discutem a Revolta de Vila Rica no ano de 1720, instrumentalizando melhor o professor de história e garantindo aos alunos do ensino escolar textos de qualidade que lhes possibilitem um entendimento mais aproximado das discussões realizadas nos centros universitários sobre este importante evento histórico da primeira metade do século XVIII mineiro.